TAGIE ASSENHEIMER DE SOUZA

**Posições jurídicas dos sujeitos parciais no processo civil:
análise sob a ótica da correlatividade**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Heitor Vitor Mendonça Sica

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

TAGIE ASSENHEIMER DE SOUZA

**Posições jurídicas dos sujeitos parciais no processo civil:
análise sob a ótica da correlatividade**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Direito, na área de concentração em Direito Processual, sob a orientação do Professor Associado Dr. Heitor Vítor Mendonça Sica.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Souza, Tagie Assenheimer de
Posições jurídicas dos sujeitos parciais no
processo civil: análise sob a ótica da
correlatividade ; Tagie Assenheimer de Souza ;
orientador Heitor Vitor Mendonça Sica -- São Paulo,
2020.
129 p.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Processual) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2020.

1. Processo civil. 2. Natureza jurídica do
processo. 3. Posições jurídicas. 4. Partes. 5. Relação
Jurídica. I. Sica, Heitor Vitor Mendonça , orient. II.
Título.

Nome: SOUZA, Tagie Assenheimer de.

Título: *Posições jurídicas dos sujeitos parciais no processo civil: análise sob a ótica da correlatividade*

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Direito, na área de concentração em Direito Processual, sob a orientação do Professor Associado Dr. Heitor Vitor Mendonça Sica.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. _____ INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____ ASSINATURA: _____

PROF. DR. _____ INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____ ASSINATURA: _____

PROF. DR. _____ INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____ ASSINATURA: _____

AGRADECIMENTOS

A realização e entregas de uma pesquisa são, certamente, o resultado de um processo de dedicação, comprometimento e renúncias que transmutam o trabalho individual para uma comunhão e amplíssimo feixe de esforços conjuntos, coordenados e alinhados.

Nesse sentido, a possibilidade da pesquisa deriva de adequadas condições materiais e metafísicas de suporte, viabilidade e inspiração. Assim, sem dúvida, sendo a gratidão a memória do coração, há inúmeros agradecimentos a serem feitos e que se estenderiam a muitas páginas, razão pela qual tentarei sintetizá-los.

Ao meu núcleo de relacionamentos pessoais, sempre com especial destaque aos meus pais, devo os incondicionais e ilimitados apoios e validação, inclusive nos momentos de dúvida a respeito da capacidade de realizar a empreitada.

Aos meus mais remotos professores e aos professores da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, cujas lições e preocupações me inspiraram na satisfação do estudo e, em especial, do processo. Apenas para nomear alguns, Prof. Joaquim Munhoz de Mello, por meio do qual tive as primeiras aulas de processo civil; Prof. Alcides Alberto Munhoz da Cunha, sempre preocupado com o impacto das frequentes reformas processuais sobre os postulados teóricos do processo civil e sua necessidade de revisão; Prof. Sérgio Cruz Arenhart, orientador do trabalho de conclusão do curso, dedicado aos alunos e orientado à preocupação do estudo do processo visando à sua racionalidade e efetividade; Prof. Luiz Guilherme Marinoni, pelo apoio e inspiração na continuidade dos estudos do processo após a graduação.

Agradeço com destaque ao Prof. Eduardo Talamini, orientador de meu trabalho de especialização em processo civil e que me conduziu, com sua generosidade, aos contatos iniciais para o ingresso no programa de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Aos membros e frequentadores dessa Faculdade, sem qualquer exceção, a minha mais profunda gratidão pelas interlocuções de mais elevado valor científico e humano; em poucos lugares foi possível me sentir tão acolhida. Agradeço às aulas e contatos com os Professores (em ordem alfabética) Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes; Cândido Rangel Dinamarco; Clarisse Frechiani Lara Leite; Fábio Peixinho Gomes Corrêa; Fernando Fontoura da Silva Cais; Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró; José Carlos Baptista Puoli; José Roberto dos Santos Bedaque; Marta Saad; Ricardo de Barros Leonel; e Susana Henriques da Costa.

Ao Prof. Heitor Vitor Mendonça Sica, pela extrema generosidade e contribuição em minha inteira jornada no curso de pós-graduação; pelas aulas, lições e insubstituível exemplo de brilhantismo e destacada vocação para a docência e pesquisa. Cabe-me, além de agradecer, desejar que lhe sejam mantidas e expandidas as influentes proíficas e presentes atividades acadêmicas, tão benéficas àqueles que possuem oportunidade de convívio.

RESUMO

SOUZA, Tagie Assenheimer de. *Posições jurídicas dos sujeitos parciais no processo civil: análise sob a ótica da correlatividade*. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O presente trabalho objetivou rever as principais teorias a respeito da natureza jurídica do processo, cuja análise sistemática e aprofundada é relevante para extrair elementos e conceitos fundamentais à teoria geral do processo e ao estudo do processo. Identificaram-se as teorias da relação e da situação jurídica como principais concepções divergentes na medida em que a primeira pressupõe e a segunda exclui a existência de vínculos jurídicos entre os sujeitos processuais. Verificou-se, ainda, como principal ponto de aproximação entre a maioria dos adeptos de tais concepções a apreensão de que o ônus, como posição *não* relacional, é posição preponderante das partes no processo, notadamente no *iter*. A partir daí, e dos influxos que as teorias sobre a natureza jurídica da ação conferem às concepções de processo, realizou-se incursão acerca dos conteúdos atribuídos às diversas modalidades e classificações das posições dos sujeitos, com especial enfoque nos sujeitos parciais e na posição de ônus, determinante ao viés de liberdade da conduta dos sujeitos e afeito à posição de poder. Em seguida, transportou-se a síntese crítica dessas concepções de posições ao conteúdo do processo; à sua dinâmica para além do campo apenas eficaz; e às teorias conflitantes concernentes às teorias da natureza do processo. Avaliou-se a necessidade de articulação atualizada dos conceitos de relação e situação jurídicas entre a teoria geral do direito e a teoria geral do processo. Com base nessas premissas, constatou-se que a teoria da relação jurídica e, portanto, de posições em vínculos jurídicos entre sujeitos em relação é a mais apta a explicar satisfatoriamente o processo em seu mecanismo concatenado e vinculado na dinâmica das posições jurídicas a partir das quais se entrelaçam e projetam as condutas dos sujeitos. Ainda, verificou-se inafastável conteúdo correlacional entre as partes, e entre estas e o juiz, na posição denominada de ônus (ou, mais propriamente, poder-ônus), relevante para a compreensão do processo como de relação jurídica. E que a apreensão do poder-ônus como posição correlacional é premissa sem a qual não é coerente entender o processo como relação jurídica, em especial quanto ao seu *iter*. Por fim, consignou-se a supremacia dessas conclusões em comparação às demais teorias de processo, pois fornece elementos mais completos, integradores e dinâmicos ao fenômeno processual, bem como concede estrutura objetiva de absorção (e controle de efetivação) das garantias processuais e demais normas ordenadoras e legitimadoras do processo.

Palavras-chave: Processo civil; natureza jurídica do processo; posições jurídicas; partes; relação jurídica.

ABSTRACT

SOUZA, Tagie Assenheimer de. *Parties' legal positions in civil procedure: analysis under the aspect of correlativity*. 2020. 129 p. Dissertation (Master's Degree) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

This research aimed to review the main theories regarding the legal nature of judicial procedure, whose systematic and thorough analysis is relevant to extract elements and concepts fundamental to the general theory and study of the civil procedure. Legal relation and legal situation theories have been identified as the main divergent conceptions insofar as the former foresees, and the latter excludes, the existence of legal bound between procedural subjects. It was also observed as the main approximation point among most of the adherents of such conceptions, the apprehension that the onus, as *non*-legal relation position, is preponderant position of the parties in the judicial procedure, notably in the *iter*. From then on, and from the influences that the theories about a lawsuit's legal nature attach to the conceptions of judicial procedure, an incursion was made about the contents attributed to the different types and classifications of the subjects' positions, with special focus on the parties and the position of onus, which is determining to the bias of parties' liberty of conduct and related to the positions of power. Then, the critical synthesis of these conceptions of legal positions was conveyed to the content of the procedural; its dynamics beyond just the legal effects; and the conflicting theories about the nature of the procedural. The relevance for updated articulation of the concepts of legal relation and situation between the general theory of law and the general theory of civil process was evaluated. Based on these premises, it was found that the theory of legal relation, and therefore of positions in legal bounds between subjects in relation, is better to explain satisfactorily the legal procedure in its concatenated and bound dynamics of legal positions mechanism, from which the conduct of the subjects intertwine and project. Moreover, there was an undeniable correlational content between the parties, and between them and the judge, in the position known as position of onus (or, more specifically, power-onus), relevant to the understanding of the procedural as a legal relation. And that the apprehension of power-onus as a correlational position is a premise without which it is not coherent to defend the procedural as a legal relationship nature, especially as to its *iter*. Finally, the advantage of these conclusions was determined when compared to the other procedural theories, as it provides more complete, integrating and dynamic elements to the procedural mechanisms, as well as the objective elements of absorption (and of effectiveness) of procedural safeguards and other ordering and legitimizing norms of the procedural.

Keywords: Civil procedural; legal nature of the judicial procedural; legal positions; parties; legal relation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. PRINCIPAIS TEORIAS SOBRE A NATUREZA DO PROCESSO SOB A PERSPECTIVA SUBJETIVA	15
1.1. Processo como relação jurídica autônoma: breve premissa de Oskar von Bülow à sua teoria dos pressupostos processuais	15
1.2. O golpe da situação jurídica de James Goldschmidt à teoria da relação de Bülow	18
1.3. Clássicas contribuições às teorias de relação e situação jurídicas	21
1.3.1. Especificamente quanto à teoria de Elio Fazzalari – processo como concatenação de atos e posições em contraditório no procedimento – alinhamento e acréscimo estruturante à teoria de situação jurídica de Goldschmidt.....	25
1.3.2. Primeiras absorções brasileiras à teoria de Bülow	27
1.4. Recentes problematizações a respeito da natureza do processo	29
1.4.1. Especificamente quanto às discussões recentes no Brasil	30
1.4.2. Breve notícia a respeito de algumas das minoritárias teorias da natureza do processo	34
1.5. Arremate do capítulo: núcleo comum das discussões	35
2. AÇÃO, PROCESSO E POSIÇÕES DOS SUJEITOS	38
2.1. Teorias da ação e natureza do processo	38
2.1.1. Ação como direito (deflagrador da) relação processual – polarização nos eixos (inicial/final) do processo	38
2.1.2. Ação como situação jurídica composta e processo como procedimento em contraditório (Elio Fazzalari) – ênfase na despolarização dos eixos (mas retorno da polarização no procedimento pelo contraditório).....	42
2.2. Momentos da ação (ou do processo) e reflexos sobre as posições: posições nos limites (inicial e final/decisão de mérito) e no <i>iter</i> processual	47

2.2.1. Polaridade (quanto ao direito material discutido) e os diferentes momentos do processo	48
2.2.2. Tendência teórica convergente a respeito da natureza das posições subjetivas quanto ao pedido (demanda)/entrega da tutela jurisdicional	52
2.3. Conclusão parcial – Despolarização do <i>iter</i> processual (arrefecimento da influência da situação material discutida sobre a posição dos sujeitos)	54
3. DAS POSIÇÕES DOS SUJEITOS PROCESSUAIS	56
3.1. Considerações iniciais	56
3.2. Configuração mínima dos sujeitos do processo para análise de posição.....	56
3.3. Noção dinâmica de posição – elemento concatenado entre eficácia e potência	58
3.4. Principais classificações gerais de posição	62
3.4.1. Posições para Oskar von Bülow e para James Goldschmidt – entre e brevidade e a insuficiência de explicações	62
3.4.2. Posições em Francesco Carnelutti – dificuldades do prisma do conflito de interesses e as posições ativa, passiva e neutra	65
3.4.3. Piero Calamandrei – essencialmente posições de poder/sujeição, obrigações e ônus em dinâmica de colaboração	69
3.4.4. Posições para José Frederico Marques – ônus como imperativos de impulso processual	70
3.4.5. Elio Fazzalari – posições sob quadrante vontade do sujeito/efeitos do ato – desvinculação da situação material (“conflito de interesses”).....	71
3.4.6. Posições para Hernando Devis Echandía e Enrique Véscovi – aproximação entre direitos, poderes e ônus	72
3.4.7. Cândido Rangel Dinamarco – simbiose de posições: “tudo são ônus”	75
3.4.8. Heitor Vitor Mendonça Sica – posições sob a perspectiva da preclusão.....	78
3.4.9. Antonio do Passo Cabral – posições em difuso condicionamento de influência em contraditório cooperativo	80
3.5. Especificamente sobre o ônus – preponderância no <i>iter</i> processual.....	82
3.5.1. Ônus e dinâmica processual – liberdade em dialética e ética	83
3.5.2. Ônus e o questionável enfoque no prejuízo e como situação passiva	84
3.6. Síntese do capítulo: preponderância do ônus no <i>iter</i> (simbiose com figuras afins como poderes e direitos) – excepcionalidade de deveres às partes – direitos e deveres recíprocos entre partes e juiz nos atos-fins	90

4. POSIÇÕES DOS SUJEITOS PARCIAIS E CORRELAÇÃO.....	96
4.1. Considerações iniciais	96
4.2. (In)existência de correlação nas posições dos sujeitos sob a teoria da relação – aproximação à teoria de situação	96
4.3. Correlação apenas entre sujeitos e norma nas posições dos sujeitos sob teoria de situação (não relacional) – categoria excepcional na teoria geral do direito	99
4.4. Premissas para análise crítica da correlatividade entre posições dos sujeitos processuais: evolução na compreensão de relação jurídica	102
4.4.1. Análise do fenômeno processual (<i>iter</i>) sob a ótica de relação jurídica	104
4.5. Configuração da relação processual: concatenação de poderes, sujeições e deveres	108
4.6. Análise da relação sob a ótica dos sujeitos parciais: abordagem ampla e relacional do conteúdo clássico do ônus	111
CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS.....	122

INTRODUÇÃO

A natureza jurídica do processo é tema acerca do qual se mantém notável dissenso na teoria processual, sobretudo no processo civil.

Ao seu destaque do processo como (ou geradora de) *relação* jurídica, por Oskar von Bülow, atribui-se o marco para sistematização do direito processual como teoria, ou da fase metodológica de sua autonomia.

Por outro lado, questiona-se se, tendo tal função (de autonomia da ciência processual) se consolidado,¹ tratar o processo como relação ainda é adequado. Para os críticos da teoria da relação, seria mais satisfatório ao fenômeno processual abordar o estudo do processo sem perquirir ou buscar encontrar *vínculos* ou correlação, dos sujeitos, em relação jurídica.

Nesse sentido, a análise dos principais teóricos que abordaram o tema da natureza jurídica do processo, notadamente a partir de Bülow até os correntes dias, será o objeto da presente pesquisa. A investigação buscará expor de modo sistematizado os pontos de encontro e distanciamento das mais divulgadas teorias a fim investigar aquela de modo mais coerente serve aos objetivos de ordenar os conceitos de maior amplitude e propagação ao estudo do processo.

A importância teórica desses conceitos foi delimitada por Cândido Rangel Dinamarco ao destacar a relevância da teoria geral do processo como “poder de síntese indutiva do significado e diretrizes do direito processual como um sistema de institutos, princípios e normas”.² Não obstante, para se evitar descolamento da realidade aos quais esses conceitos se prestam, alerta da necessidade de se “coordenar generalizações indutivas com particularizações dedutivas”.³

Por essa razão, a presente pesquisa, ainda que pautada essencialmente pelo método indutivo, apto a maior generalização, não deixará de, mesmo que de modo diluído, articular

¹ Nesse sentido, Cândido Rangel Dinamarco compreendeu que a fase metodológica da autonomia do processo como ciência já havia alcançado maturidade suficiente (na apreensão de seus institutos fundamentais). Em suas palavras: “O que conceitualmente sabemos dos institutos fundamentais deste ramo jurídico já constitui suporte suficiente para o que queremos, o que seja, para a construção de um sistema jurídico processual apto a conduzir aos resultados práticos desejados. Assoma, nesse contexto, o chamado aspecto ético do processo, a sua *conotação deontológica*” (*A instrumentalidade do processo*. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2013. p. 23).

² Idem, p. 67-68.

³ Idem, p. 68.

tal análise (da natureza jurídica do processo) com hipóteses afeitas ao sistema processual vigente no ordenamento nacional.

Pontue-se, nesse sentido, que o estudo restará circunspecto ao processo *civil*, voltando-se à teoria afeita às especificidades desse ramo ou setor.⁴ Do mesmo modo, alerta-se que a presente pesquisa não estará adstrita ao enfoque concentrado no nível de generalidade e abstração dos conceitos *fundamentais*⁵ afinados a uma teoria propriamente *geral* nos termos destacados por Fredie Didier Jr.,⁶ ou seja, na teorização desafetada da abordagem no contexto axiológico e normativo,⁷ cuja abordagem é destinada à *dogmática* – i.e., ao direito processual (sem se olvidar que tal enfrentamento se realiza *a partir* dos conceitos da teoria geral do processo).⁸ Assim, essa pesquisa articulará, necessariamente, a sistematização desses conceitos com conteúdo e estrutura normativos, notadamente os pátrios.

⁴ Nesse sentido, adere-se às ponderações de Heitor Vitor Mendonça Sica ao ponderar que o estudo da teoria deve ater-se ao processo civil, sob pena de um excessivo alargamento de conceitos (aptos a abarcar discrepantes objetos, como o processo penal), ou, ainda, um provável esvaziamento do conteúdo e utilidade dos institutos que categoriza (Velhos e novos institutos fundamentais do direito processual civil. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil*. São Paulo: Malheiros, 2013. v. 1). Em sentido similar quanto à maior utilidade da teoria voltada ao processo *civil*: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; e MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil*. São Paulo: RT, 2015. v. 1, p. 21-24. Por fim, quanto à (atualmente esgotada) importância histórica (anterior à Constituição Federal de 1988) da aproximação, por meio de teoria geral, entre processo civil e processo penal: SICA, Heitor Vitor Mendonça. Perspectivas atuais da “teoria geral do processo”. In: CARNEIRO, Athos Gusmão; CALMON FILHO, Petrólio (coord.). *Bases científicas para um renovado direito processual*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Processual, 2008. v. 1, p.143-167. Note-se, nesse sentido, que Cândido Rangel Dinamarco, primeiramente defensor de haver entre o processo civil e penal “mesmas características essenciais relevantes para a tentativa unificadora” em teoria geral do processo (*A instrumentalidade do processo* cit., p. 75), sendo coautor de obra com esta abordagem (CINTRA, Antonio Carlos Araújo de; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. *Teoria geral do processo*. 31. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2015) mais recentemente, e em coautoria com Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes, lançou obra de teoria geral do processo civil, na qual “as atenções se endereçam aos institutos fundamentais integrantes da estrutura do sistema de processo civil, com as especificações que lhe são próprias” (*Teoria geral do novo processo civil*: de acordo com a Lei 13.256, de 4.2.2016. São Paulo: Malheiros, 2016. p. 17).

⁵ Para Fredie Didier Jr., conceitos *lógico-jurídicos*, os quais, tendo grau elevado de abstração e generalidade, “são imprescindíveis para o desenvolvimento de uma ciência jurídica, que se proponha a fornecer diretrizes para uma aplicação racional, coerente e justa do Direito”. Como exemplos, ato jurídico e relação jurídica. Distinguem-se, tais, conceitos, dos jurídicos-positivos, extraíveis de determinado momento histórico e sistema jurídico (como as concepções de específico crime ou tipo recursa). (*Teoria geral do processo, essa desconhecida*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2016. p. 49-62).

Notadamente os descritos na atual redação do art. 240 do Código de Processo Civil vigente, tais como litispendência e constituição do devedor em mora.

⁶ Conforme mencionado na nota acima, o autor sistematiza a teoria geral no enfoque dos conceitos jurídicos fundamentais (ou lógico-jurídicos), como universais e gerais, *desafetados* de uma determinada realidade concreta ou normativa (no que se incluem os princípios), ainda que devam ser constantemente revistos e confrontados com a realidade empírica e com a evolução do pensamento filosófico (DIDIER JR., Fredie. *Teoria geral do processo, essa desconhecida*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2016. p. 41-72).

⁷ Não por outra razão, Fredie Didier Jr. apresenta reparos à compreensão de Cândido Rangel Dinamarco de teoria geral do processo, especialmente no ponto em que congrega a abordagem principiológica como conteúdo da teoria geral (Idem, p. 105-108).

⁸ Idem, p. 87-90.

Exposta essa ressalva, tem-se que o trabalho investigará as variações da compreensão a respeito de relação e situações (unissubjetivas) jurídicas e sua interlocução com a delimitação e articulação das posições processuais dos sujeitos, com destaque para os sujeitos parciais, as partes. A partir desses temas, precisamente, que Cândido Rangel Dinamarco delimita um dos conteúdos do que entende (ao que nos afinamos) por teoria geral do processo (notadamente os *institutos* – ao lado dos princípios e garantias), isto é, “estrutura representada pelo poder a ser exercido, pelas posições das pessoas interessadas e pelo modo com que esses complexos de situações jurídicas subjetivas se exteriorizam em atos coordenados aos objetivos preestabelecidos”.⁹

Portanto, o debate a respeito da natureza jurídica do processo, mais do que preocupação estritamente acadêmica, atina a eixos centrais da teoria, a partir dos quais são abordados e interpretados os mais variados temas processuais. Por essa razão, justifica-se sua análise sistemática e crítica, com objetivos de revisar tais conceitos sob contextos atuais.¹⁰

Isso posto, a presente pesquisa inicialmente analisará as principais teorias que se formaram a respeito da natureza do processo, os pontos centrais (de encontro e afastamento) entre tais teorias e como se desenvolveram e se acomodaram até os correntes dias.

Em seguida, no capítulo segundo, verificar-se-á como as teorias acerca do conceito de *ação* interseccionam-se com a compreensão da natureza jurídica do processo e o que se pode extrair dessas interlocuções para fins da apreensão dos pontos centrais do debate objeto da pesquisa.

Em seguida, no terceiro capítulo, e a partir das premissas construídas nos capítulos antecedentes, adentrar-se-á especificamente na investigação das conformações sobre o conteúdo das posições dos sujeitos processuais e do modo com que essas posições se concatenam na dinâmica processual. Ao final dessa etapa, haverá tentativa de sistematização das várias concepções acerca das posições dos sujeitos.

No último capítulo, por fim, será verificado como as posições são entendidas entre as teorias que adotam e rejeitam a natureza do processo como relação jurídica. Abordar-

⁹ DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo* cit., p. 69-70. Com premissas distintas, mas alcançando similar constatação, Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, ora destacando a importância da forma (em sentido amplo), extirpados os excessos desvinculados de suas finalidades, centraliza tal relevância na “delimitação dos poderes, faculdades e deveres dos sujeitos processuais, coordenação de sua atividade, ordenação do procedimento e organização do processo, com vistas a que sejam atingidas suas finalidades primordiais” (O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 137, p. 7-31, 2006).

¹⁰ A respeito da essencialidade da constante revisão crítica dos institutos fundamentais: SICA, Heitor Vitor Mendonça. Velhos e novos institutos fundamentais do direito processual civil cit.

se-á criticamente o conceito que se confere à relação jurídica e se este, e de que modo, é compatível com a estrutura e dinâmica processuais e como se conformariam as posições processuais em relação jurídica, notadamente as dos sujeitos parciais.

CONCLUSÃO

Da análise das teorias sobre processo foi possível constatar que seu ponto de maior cisão é a apreensão se da conduta dos sujeitos, e entre estes, surgem vínculos jurídicos ou se a incidência normativa é afeita apenas atinente a um sujeito. Foi possível constatar que esse modo de conformação, do liame eficaz em posições intersubjetivas ou unissubjetivas, destacam-se os embates entre as teorias.

Das críticas à noção intersubjetiva de posições confluem entendimentos no sentido de que a teoria da relação jurídica, marcada por sua inadequação de origem de concepção (no direito privado e, em especial, no direito obrigacional), não explicaria a garantia de igualdade que permeia os sujeitos processuais – pois passaria ideia de supremacia/subordinação entre sujeito de direito e o sujeito obrigado – e, igualmente, não seria compatível com a dinâmica do processo. Do mesmo modo, tal teoria seria inadequada à explicação das posições jurídicas em que são titularizados os sujeitos processuais, posições estas que (ao menos em sua maioria) não se correlacionariam em típicas posições de direito e obrigação.

Da contraposição entre a origem sistemática do conceito de relação jurídica (em Oskar von Bülow) e seu histórico opositor (James Goldschmidt) convergiram, por outro lado, os posteriores adeptos das duas teorias confrontantes, na adesão de que o *iter* processual é marcado, essencialmente quanto às posições das partes, pelo que se denominou de *ônus*, isto é, ônus como posição que impõe ao sujeito específica atitude sob pena de efeitos desfavoráveis. E, esses efeitos somente tocariam ao sujeito onerado, e em seu próprio interesse (imperativo do próprio interesse), sem se revelar, portanto, como obrigação, pois esta se conformaria em concepção intersubjetiva cuja omissão do obrigado acarreta ilícito e medidas sancionatórias e coercitivas de conduta em favor do outro sujeito, a quem de tal conduta se beneficia.

Verificou-se que a teoria da relação jurídica absorveu, então, de modo contraditório o conceito de ônus, o qual, como posição mais *recorrente* da parte, é não relacional. Não por outra razão houve quem qualificasse as teorias da relação jurídica de falsas, aparentes ou, ainda, esclerotizadas.⁵⁷³

Passando-se à análise de como as teorias a respeito do conceito de *ação* interscicionam-se com a compreensão da natureza jurídica do processo, denotou-se que na estrutura entre partes e juiz tende-se à compreensão (também *convergente* entre os adeptos

⁵⁷³ GIMENO SENDRA. Jose Vicente. *Fundamentos del derecho procesal* cit., p. 170-171.

das teorias opositoras) de exprimir relação jurídica derivada do ato de demandar (autor); e de reagir/defender (réu) e o que prestar (tutela) ao final (juiz). Da constatação de relação entre estes nos termos inicial e final do processo, há distanciamento, por outro lado, entre as teorias quanto ao que ocorre no *iter* processual. De tal divergência é possível verificar o efetivo caráter contrastante, se se compara o que ocorre, a título de posições (e interações) dos sujeitos, no *iter* e o que se realiza nos termos finais/iniciais do processo.

Nesse sentido, constatou-se que o conceito de ação, em sua acepção englobante (a todas as fases do processo), revela *fissura* se analisado sob o aspecto da igualdade entre autor e o réu da demanda inicial. O trato englobante também obscurece o supracitado caráter distintivo entre a natureza das posições dos sujeitos quanto aos termos iniciais/finais do processo e o *iter*. Denota-se, assim, que os específicos efeitos do ato da demanda inicial do autor não justificam a importância dada ao conceito de ação (com destaque ao autor), preferindo-se, portanto, o enfoque no direito *ao processo* e à tutela, pois, repise-se, mais aptos a demonstrar a isonomia de posições das partes na formação de processo e à tutela eficaz.

A partir daí, e analisando-se as posições dos sujeitos, verificou-se que seu estudo, especialmente no *iter* processual, não se encerra no conteúdo estático (de efeitos), mas explica de modo dinâmico a concatenação dos atos processuais, na medida em que também delimita e define o feixe de condutas (omissivas e comissivas) *possíveis* no progressivo procedimento. Sob essa constatação, fornece amplo material para análise dinâmica e funcional do processo, se comparado ao enfoque na exteriorização das condutas ativas das partes sobre o procedimento.

Em seguida, analisadas, isoladamente, as modalidades de posições correntemente atribuídas às partes, foi possível defender considerável simbiose entre os fenômenos conferidos às posições de poderes e de ônus das partes. Tais posições são marcadas essencialmente pela liberdade. O ônus deve ser apreendido não só pelo resultado desfavorável na hipótese de omissão, mas, e sobretudo, pela *disponibilidade e poder* em realizar conduta em convergência a um resultado favorável a seus interesses.

Sob esse ângulo, eventual maior gravidade (ou gradação) de efeitos desfavoráveis (na omissão, e que não constitui ilícito) que o ônus deteria com relação ao poder não é critério distintivo suficiente para categorizá-lo de modo diferente ao poder, ou para incluir aquele como posição passiva (de desvantagem ou subordinação). O efeito desfavorável deriva, em substância, do caráter dialético e progressivo do processo (e das especificidades normativas no plano concreto), sendo, portanto, inapropriada a concentração desse efeito como elemento distintivo a uma posição específica (de ônus), e, ainda, focada no aspecto da

conduta omissiva do sujeito. É dizer, o efeito (favorável ou desfavorável, direto ou indireto) não confere tantos elementos norteadores à delimitação do conteúdo da posição subjetiva quanto o fazem o caráter de liberdade e dinâmica que sustentam a conduta das partes.

Assim, aderiu-se à concepção daqueles que preferem designar a posição prevalecente das partes como poder-ônus. À parte dessa configuração, verificou-se, quanto às posições das partes no *iter*, a existência de posição de dever das partes (atinentes a prescrições de lealdade, moralidade e boa-fé), e que existem não só em vista de um interesse público, mas também em favor da parte adversa (como direito). E à controversa figura da faculdade, por outro lado, concluiu-se não se tratar efetivamente de uma posição autônoma, mas, sim, e essencialmente, de um *modo* de exercício do poder-ônus das partes. Considerando as posições das partes frente às posições do juiz (de poder-dever), conclui-se que ostentam a posição de sujeição e de dever. O juiz, por outro lado, também se sujeita aos comportamentos das partes (poder-ônus) a partir dos quais gera-lhe o poder-dever de se pronunciar.

Por outro lado, especificamente quanto aos eixos do processo e também sob a apreensão do processo como direito, revela-se que as partes têm o *direito* perante o juiz e este, por sua vez, correspondente dever (prestacional) de praticar condutas no processo e, ao final, entregar a tutela demandada (no que, lembre-se, ficam as partes, por sua vez e por outro lado, *sujeitas* ao aspecto de poder da posição do juiz).

A partir da sistematização das discussões a respeito da natureza do processo, na conformação de seu conteúdo em posições jurídicas dos sujeitos, e no dissenso de se estabelecerem entre essas relações jurídicas, concentrou-se, portanto, em definir relação jurídica. Nesse ponto, absorveu-se que relação jurídica é conceito da teoria geral do direito que não se confunde com o de relação obrigacional de direito privado; o conceito afina-se, diferentemente, à ideia de *ordenação* de um sujeito em relação a outro por força de vínculo jurídico gerado com a conduta.

Partindo desse conceito de relação jurídica, e a considerando como consequência do direito ao processo e à tutela jurisdicional, constatou-se que a apreensão de processo como (gerador de) relação jurídica (derivada do direito ao processo e à tutela jurisdicional) é mais adequada à absorção englobante e concatenada de atos, informada das garantias processuais, como a da isonomia das partes e com o caráter dinâmico do processo.

E o processo, em relação jurídica *complexa* (pluralidade de posições) – direcionada a um fim –, combina, de modo paritário, posições ativas e passivas a depender da conduta a que se refere. Alteram-se, revezam-se e equilibram-se autor da demanda inicial e réu, em posições ativas e passivas no curso do processo e na tessitura do procedimento em atos

concatenados e sucessivos. Nesse sentido, a extinção de uma relação dá início a uma nova ou se modifica em sequência, na intercorrência relacional entre condutas que originam posições e que destas originam-se novas condutas.

Da específica análise da posição prevalecente das partes, poder-ônus, foi possível constatar que a conduta de uma acarreta efeitos diretos a outra. Verificou-se que da abordagem ampla e relacional entre as partes extrai-se que ao exercício do poder-ônus correlaciona-se a *sujeição*, para a outra parte, dos efeitos desse exercício. E, em contraponto, o não exercício desse poder-ônus gera efeitos favoráveis – e em regra liberatórios – à parte adversa. Então, em contrapartida à tal sujeição de efeitos devem ser concedidos, a essa mesma parte, poderes⁵⁷⁴ compatíveis para equilibrar (ou poder afastar/modificar) tais efeitos gerados pela parte adversa.

Havia, ainda, equivalência dos poderes-ônus aos direitos/poderes *formativos* (ou potestativos) sob o especial aspecto de que as condutas exercidas por seu titular *sujeitam* a outra parte. E esse impacto jurídico sobre a outra parte é relevante, pois apreende e explica – em vantagem à teoria de situação jurídica ou de posição unissubjetiva – de modo direto as conexões entre as partes e os efeitos interativos de suas condutas. Essa coordenação entre as posições das partes, e ainda essas posições perante o juiz, compõem a dialética processual e no cambiante jogo de posições voltadas à resolução final.

A abordagem dos efeitos dos atos (como conduta comissiva ou omissiva) de uma parte sobre outra destaca e reforça mecanismos que concedam poderes equivalentes à parte sujeita aos efeitos da conduta da outra parte. Isso, para fins de reversão ou modificação desses efeitos, bem como pode indicar a necessidade de exercício do poder-dever judicial em declarar os efeitos dessas sujeições/liberações na ordenação dos atos seguintes (por exemplo, no objeto e distribuição do ônus da prova).

A compreensão intersubjetiva dos poderes-ônus em que as partes são posicionadas no curso do processo permite aferir, de modo direto, os efeitos a que suas condutas (ativas e passivas) submetem à outra parte, fornecendo elementos teóricos para apreensão mais sistemática, unificadora e englobante da natureza e fenômenos processuais, com utilidades inerentes ao que afeta aos conceitos fundamentais da teoria do processo.

⁵⁷⁴ Nesse ponto, e apesar de não compartilhar da adesão à teoria de relação processual, bem ilustrativa passagem de Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, ao falar na ordenação isonômica das formas processuais: “[...] no plano normativo, impõe uma equilibrada distribuição de poderes entre as partes, sob pena de tornar-se o contraditório uma sombra vã; no plano do fato, ou seja do desenvolvimento concreto do procedimento, reclama o exercício de poderes pelo sujeito, de modo a que sempre fique garantido o exercício dos poderes do outro” (O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo cit., p. 9).

Por fim, conclui-se que processo pode ser compreendido como um conjunto ordenado e sucessivo de posições jurídicas ativas e passivas nas quais se entrelaçam e ordenam os sujeitos entre si a partir de condutas (comissivas e omissivas); tais posições também impulsionam e definem as condutas e posições *seguintes* e durante todo o desencadear processual. Nesse sentido, considerando que as posições em relação não se limitam apenas ao campo eficaz (da conduta já ocorrida), mas se apresentam também como *liame* de projeção e de definição das condutas intersubjetivas seguintes, o processo, mais do que gerar relação jurídica, é relação jurídica complexa composta de diversas posições inter-relacionadas de modo dialético, progressivo, paritário (este, especificamente no que se refere às partes), ordenado a um fim (tutela) e informado pelas garantias processuais.

REFERÊNCIAS

- ALCALÁ-ZAMORA Y CASTILLO, Niceto. *Estudios de teoria general y historia del proceso*. México: UNAM, 1974. v. 1.
- AMARAL SANTOS, Moacir. *Primeiras linhas de direito processual civil*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1984. v. I.
- ANDRADE, Miguel A. Domingues de. *Teoria geral da relação jurídica*. Coimbra: Almedina, 1997 (reimpressão, publicado em 1944). v. 1.
- ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito civil: teoria geral: relações e situações jurídicas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 3.
- BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 17. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. V.
- BAPTISTA, José João. *Processo civil I: parte geral e processo declarativo*. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.
- BATISTA CINTRA, Lia Carolina. Pressupostos processuais e efetividade do processo civil – uma tentativa de sistematização. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 214, p. 79-119, 2012.
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.
- BERALDO, Maria Carolina Silveira. *Processo e procedimento à luz da Constituição Federal de 1988: normas processuais e procedimentais civis*. 2015. Tese (Doutoramento) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BETTI, Emilio. *Diritto processuale civile italiano*. 11. ed. Roma: Foro Italiano, 1936.
- BETTI, Emilio. Per una classificazione degli atti processuali di parte. *Rivista di Diritto Processuale*, v. 5, parte 1, p. 106-124, 1928.
- BETTI, Emilio. *Teoria geral do negócio jurídico*. Tradução Fernando de Miranda. Coimbra: Coimbra Editora, 1969. v. 1.
- BRAGA, Paula Sarno. *Norma de processo e norma de procedimento: o problema da repartição de competência legislativa no direito constitucional brasileiro*. 2015. Tese (Doutoramento) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

BÜLOW, Oskar von. *La teoría de las excepciones procesales y los presupuestos procesales*. Tradução Miguel Angel Rosas Lightschein. Buenos Aires: Ejea, 1964.

CABRAL, Antônio do Passo. *Coisa julgada e preclusões dinâmicas: entre continuidade, mudança e transição de posições processuais estáveis*. 3. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2018.

CABRAL, Antônio do Passo. Despolarização do processo e “zonas de interesse”: sobre a migração entre polos da demanda. Reconstituindo a teoria geral do processo, p. 8-10. Disponível em: http://www.prrj.mpf.mp.br/custoslegis/revista_2009/2009/aprovados/2009a_Tut_Col_Cabral%2001.pdf. Acesso em: 10 jun. 2017.

CABRAL, Antônio do Passo. *Nulidades no processo moderno: contraditório, proteção da confiança e validade prima facie dos atos processuais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CALAMANDREI, Piero. Il processo come giuoco. *Rivista di Diritto Processuale*, v. 5, parte 1, 1950.

CALAMANDREI, Piero. *Instituciones de derecho procesal civil*. Tradução Santiago Sentis Melendo. Buenos Aires: Ejea, 1962. v. 1.

CAMPOS, Eduardo Luiz Cavalcanti. Ato-fato processual: reconhecimento e consequências. *Revista de Processo*, ano 41, São Paulo, v. 245, abr. 2016.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e jurisdição. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 58, p. 33-40, 1990.

CARMONA, Carlos Alberto. Considerações sobre a evolução conceitual do processo. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 57, p. 39-54, 1990.

CARNELUTTI, Francesco. *Diritto e processo*. Napoli: Morano, 1958.

CARNELUTTI, Francesco. Dei rapporti giuridici processuali. *Rivista di Diritto Processuale*, v. XVIII, 1963.

CARNELUTTI, Francesco. *Sistema di diritto processuale civile*. Padova: Cedam, 1936. v. I.

CARNELUTTI, Francesco. *Sistema di diritto processuale civile*. Padova: Cedam, 1938. v. II.

CARVALHO, Orlando de. *A teoria geral da relação jurídica: seu sentido e limites*. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1981.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Istituzioni di diritto processuale civile*. Napoli: Jovene, 1957. v. 1.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Principii di diritto processuale civile: le azioni il processo di cognizione*. Napoli: Jovene, 1965.

CHIOVENDA, Giuseppe. Rapporto giuridico processuale e litispendenza. *Rivista di Diritto Processuale*, v. 8, parte 1, 1931.

CINTRA, Antonio Carlos Araújo de; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. *Teoria geral do processo*. 31. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2015.

CORDERO, Franco. *Le situazioni soggettive nel processo penale*. Torino: Giappichelli, 1957.

COSTA E SILVA, Paula. *Acto e processo: regressando ao dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo*. São Paulo: RT, 2019.

COSTA JUNIOR, Olímpio. *A relação jurídica obrigacional: situação, relação e obrigação em direito*. São Paulo: Saraiva, 1994.

COUTO E SILVA, Clóvis do. *A obrigação como processo*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

COUTO E SILVA, Clóvis do. Para uma história dos conceitos no direito civil e no direito processual civil (a atualidade do pensamento de Otto Karlowa e de Oskar Bülow). *Revista de Processo*, São Paulo, v. 37, 1985.

COUTURE, Eduardo Juan. El proceso como institución. In: *Studi in Onore di Enrico Redenti*. Milano: Giuffrè, 1951. v. 1.

COUTURE, Eduardo Juan. *Fundamentos del derecho procesal civil*. 17. imp. Buenos Aires: Depalma, 1993.

DE LA OLIVA SANTOS, Andrés; DíEZ-PICAZO JIMÉNEZ, Ignacio; VEGAS TORRES, Jaime. *Derecho procesal: introducción*. 3. ed. Madrid: C.E.R.A, 2004.

DEL CLARO, Roberto. *Direção material do processo*. 2009. Tese (Doutoramento) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DIDIER JR., Fredie. As diversas posições jurídicas que um sujeito processual pode assumir em um mesmo processo: a dinamicidade do interesse processual e da legitimidade. Disponível em: <http://www.frediedidier.com.br/editorial/editorial-179/>. Acesso em: 10 jun. 2017.

DIDIER JR., Fredie. O direito de ação como complexo de situações jurídicas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 2010, 2012.

DIDIER JR., Fredie. *Teoria geral do processo, essa desconhecida*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2013.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do processo civil moderno*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2002. v. I.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2019. v. II.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Os efeitos dos recursos. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; COSTA, Thales Moraes da (org.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis*: de acordo com a Lei 10.352/2001. São Paulo: RT, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Teoria geral do novo processo civil*: de acordo com a Lei 13.256, de 4.2.2016. São Paulo: Malheiros, 2016.

ECHANDÍA, Hernando Devis. *Teoría general del proceso*. 2. ed. rev. e cor. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1997.

FAZZALARI, Elio. *Enciclopedia del diritto*. Milano: Giuffrè, 1987.

FAZZALARI, Elio. *Istituzioni di diritto processuale*. 8. ed. Padova: Cedam, 1996.

FAZZALARI, Elio. Processo civile (direito vigente). *Enciclopedia del Diritto*. Milano: Giuffrè, 1987. v. 36.

FONTES, André. *A pretensão como situação jurídica subjetiva*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

GIMENO SENDRA. Jose Vicente. *Fundamentos del derecho procesal* (jurisdicción, acción y proceso). Madrid: Civitas, 1981.

GOLDSCHMIDT, James. *Direito processual civil*. Tradução Ricardo Rodrigues Gama. Curitiba: Juruá, 2009.

GOLDSCHMIDT, James. *Teoría general del proceso*. Tradução Leonardo Pietro Castro. Barcelona: Labor, 1932.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. *Técnica processual e teoria do processo*. Rio de Janeiro: Aide, 1992.

GUARNERI, Giuseppe. Sulla teoria generale del processo penale. *In*: CORDERO, Franco. *Le situazioni soggettive nel processo penale*. Torino: Giappichelli, 1957.

GUASP, Jaime. *Derecho procesal civil*. 2. ed. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1961. t. 1.

Lent, Friedrich. Obblighi e oneri nel processo civile. *Rivista di Diritto Processuale*, v. 9, parte 1, p. 153, 1954.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Istituti del diritto comune nel processo civile brasiliano. *Problemi del processo civile*. Napoli: Morano, 1962.

LIEBMAN, Enrico Tullio. L'azione nella teoria del processo civile. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, anno IV, 1950.

LIEBMAN, Enrico Tullio. L'opera scientifica di James Goldschmidt e la teoria del rapporto processual. *Rivista di Diritto Processuale*, v. I, p. 333-335, 1950.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manual de direito processual civil*. Tradução Cândido Rangel Dinamarco. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984. v. I.

LOPES, João Batista. A natureza jurídica do processo e conceito de tutela jurisdicional. *In*: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil*. São Paulo: Malheiros, 2013.

MACHADO GUIMARÃES, Luiz. *Estudos de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Editora Jurídica e Universitária, 1969.

MANCUSO, Sandra Regina. O processo como relação jurídica. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 682, p. 56-61, ago. 1992.

MANDRIOLI, Crisanto. *Corso di diritto processuale civile*. Torino: G. Giappichelli, 2000. v. 1.

MARINONI, Luiz Guilherme. Da teoria da relação jurídica processual ao processo civil do estado constitucional. *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais (UniBrasil)*, v. 6, p. 275-306, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; e MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil*. São Paulo: RT, 2015. v. 1.

MARQUES, José Frederico. *Instituições de direito processual civil*. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 1971. v. 1.

- MARQUES, José Frederico. *O direito processual em São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1977.
- MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano da eficácia*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MENDES, João de Castro. *O direito de acção judicial*. Reimpressão. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1959.
- MENEZES CORDEIRO, António. *Tratado de direito civil português*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2005. t. 1.
- MICHELI, Gian Antonio. *L'onere della prova*. Padova: Cedam, 1966.
- MITIDIERO, Daniel Francisco. *Elementos para uma teoria contemporânea do processo civil brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- NUNES, Dierle José Coelho. *Processo jurisdicional democrático*. 1. ed (2008). 4. reimp. Curitiba: Juruá, 2012.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Direitos fundamentais à efetividade e à segurança em perspectiva dinâmica. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 155, 2008.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Do formalismo no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 137, p. 7-31, 2006.
- PACÍFICO, Luiz Eduardo Boaventura. *O ônus da prova no direito processual civil*. São Paulo: RT, 1999.
- PALLARES, Eduardo. Crítica de las doctrinas sobre la relación jurídico-procesal. *Revista de la Escuela Nacional de Jurisprudencia*, México, t. VIII, n. 31, 1946.
- PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do direito civil*. Tradução Maria Cristina de Cicco. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- PICARDI, Nicola. *La successione processuale: oggetto e limiti*. Milano: Giuffrè, 1964.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Relação jurídica processual. In: CARVALHO SANTOS, J. M. (org.). *Repertório enciclopédico do direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Borsoi, [s.d.]. v. 48.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1970. t. 1.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. Campinas: Bookseller, 2000. t. II.

REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REDENTI, Enrico. Atii processuali civili. *Enciclopedia del Diritto*. Milano: Giuffrè, 1959. v. 4.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Manual de direito processual civil*. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2010.

ROSENBERG, Leo. *Tratado de derecho procesal civil*. Tradução Angela Romera Vera. Buenos Aires: Ejea, 1955. t. 1.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de direito processual civil*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1.

SCOZZAFAVA, Oberdan Tommaso. Onere (nozione). *Enciclopedia del Diritto*. Milano: Giuffrè, 1980. v. XXX.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *O direito de defesa no processo civil brasileiro: um estudo sobre a posição do réu*. São Paulo: Atlas, 2011.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Perspectivas atuais da “teoria geral do processo”. In: CARNEIRO, Athos Gusmão; CALMON FILHO, Petrônio (coord.). *Bases científicas para um renovado direito processual*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Processual, 2008. v. 1.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Preclusão processual civil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Velhos e novos institutos fundamentais do direito processual civil. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil*. São Paulo: Malheiros, 2013. v. 1.

SOUZA, Miguel Teixeira de. Sobre o sentido e a função dos pressupostos processuais. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 63, p. 64-87, 1991.

SOUZA, Tagie Assenheimer de. Citação: pressuposto processual. Porto Alegre. Publicado em 19 abr. 2011. Disponível em: http://www.lex.com.br/doutrina_20740945_CITACAO_PRESSUPOSTO_PROCESSUAL.aspx. Acesso em 6 jul. 2019.

TARUFFO, Michele. L'onere come figura processuale. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, Milano, v. LXVI, n. 2, 2012.

TESHEINER, José Maria Rosa. Situações subjetivas e processo. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 107, p. 18-23, 2002.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. 1.

TORNAGHI, Hélio Bastos. *Instituições de processo penal*. São Paulo: Saraiva, 1977. v. I.

VÉSCOVI, Enrique. *Manual de derecho procesal*. Montevideu: Idea, 1991.

VÉSCOVI, Enrique. *Teoría general del proceso*. 2. ed. Colombia: Temis, 1999.

VILANOVA, Lourival. *Causalidade e relação no direito*. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2000.

WACH, Adolf. *Manual de derecho procesal civil*. Tradução Tomás A. Banzhaf. Buenos Aires: Ejea, 1977. v. 1.

WINDSCHEID, Bernhard; MUTHER, Theodor. *Polemica intorno all' "actio"*. Tradução Ernst Heinitz e Giovanni Pugliese. Florença: Sansoni, 1954.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Curso de direito processual civil*. São Paulo: Marcial Pons, 2014.